

A política de capitalização latifundiária da reforma agrária no Vale do Rio São Francisco: um estudo no projeto de assentamento Catalunha (PE, Brasil, 1980-1998)

Franciel Coelho Luz de Amorim

Universidade de Pernambuco
Recife - Pernambuco - Brasil
francielupe@gmail.com

Moisés Diniz de Almeida

Universidade de Pernambuco
Recife - Pernambuco - Brasil
almeidaupemoises@hotmail.com

Resumo: Este estudo tem por objetivo analisar a aplicação da política de reforma agrária no projeto de assentamento Catalunha, no município de Santa Maria da Boa Vista/PE, sertão do vale do rio São Francisco. A investigação concentra-se na questão da terra a partir dos aspectos históricos e sociais da fruticultura irrigada, bem como da crise vivenciada por esta atividade econômica na década de 1990, contexto em que se inseriu a política da reforma agrária. Adotando o método histórico de pesquisa, por meio do materialismo dialético, investigamos quais as motivações econômicas que levaram à implantação do projeto de assentamento Catalunha e como esta política reformista do velho Estado brasileiro impactou econômica e socialmente a realidade camponesa da região. Investigaremos como, no caso em estudo, a política de reforma agrária implantada não foi para dar solução ao problema camponês, passando senão de um mero mecanismo a serviço dos latifundiários, os quais se utilizaram da lei de reforma agrária para capitalização da Fazenda falida por meio de uma milionária desapropriação.

Palavras-chave: Agricultura irrigada. Reforma agrária. Desapropriação milionária. Problema camponês.

Introdução

O Vale do rio São Francisco¹ é um polo de produção agrícola da fruticultura irrigada referenciado nas cidades de Juazeiro-BA e Petrolina-PE. Além dessas duas cidades, se

¹ A região também é conhecida ou denominada como "Submédio do São Francisco". Além de abranger geograficamente as margens do rio São Francisco, tem na agricultura irrigada sua principal atividade econômica de exportação.

integram a esse centro de produção da agricultura irrigada as cidades baianas de Curaçá, Casa Nova e Sobradinho; e as pernambucanas Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista. Abaixo podemos ver o mapa de localização do referido Submédio São Francisco dentro da região Nordeste.

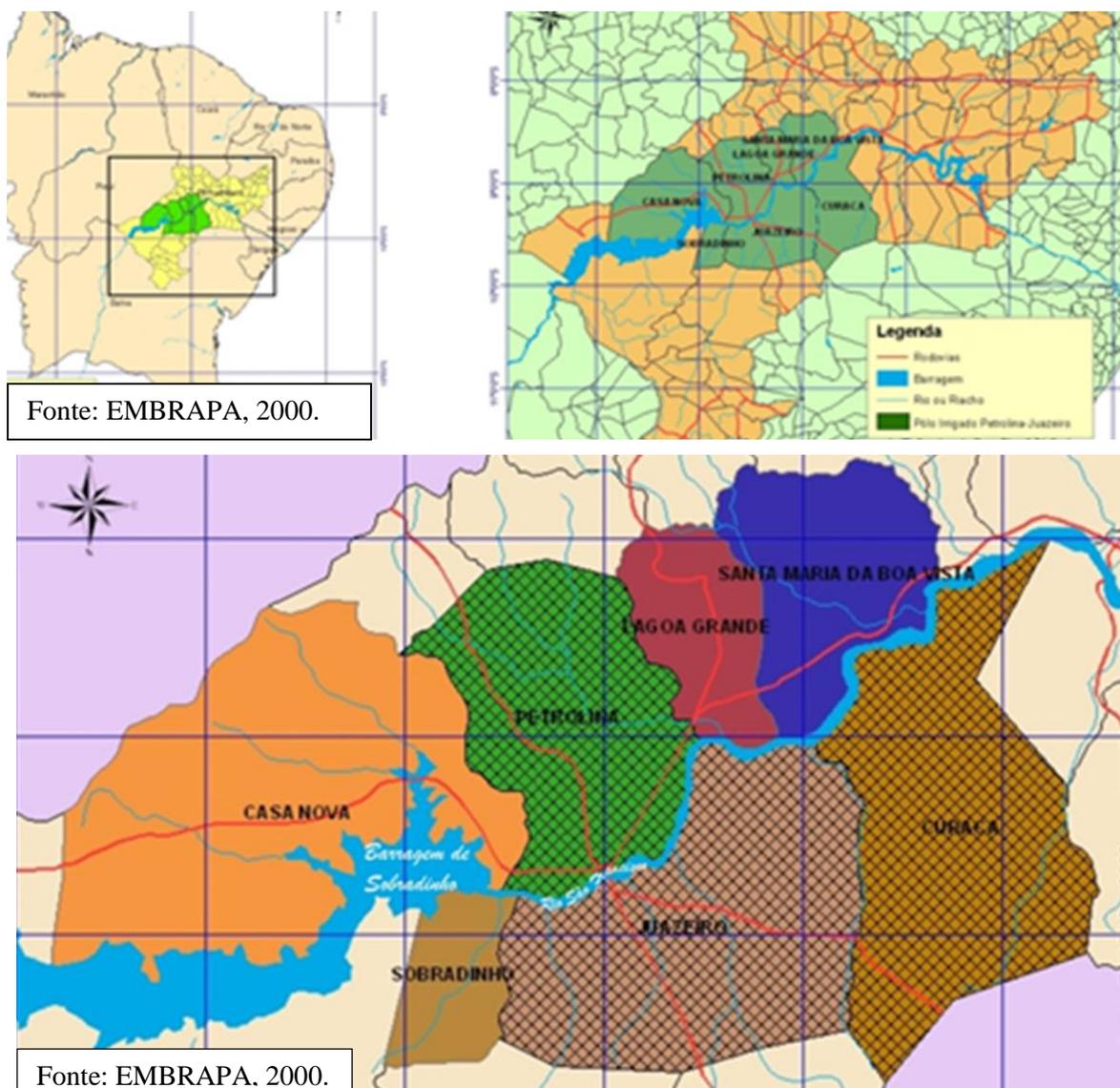


Figura 1: Mapa de localização do Submédio São Francisco dentro da região Nordeste.
Fonte: EMBRAPA, 2000.

Em decorrência da aplicação da política agrícola com os projetos de irrigação iniciados nos finais dos anos de 1960 a região do Vale do São Francisco passa a partir de 1980 a atrair cada vez mais a instalação de empresas do setor agrícola. Capitais monopolistas eram investidos em consonância com as linhas de crédito do Estado na implantação de novos projetos capitalistas na agricultura da região, ampliando a dominação do imperialismo. Entretanto, a fruticultura irrigada entrou em crise a partir do final da década de 1990 e muitas empresas consideradas modelos do “agronegócio” adentraram em

deficiência e falência, uma vez que o Estado (principal agente da política irrigada) corta todas as linhas de financiamento.

Na mesma época destacam-se as lutas sociais dos camponeses sem acesso a terra que exigiam nos dispositivos da lei a aplicação da reforma agrária. Em situação de falência muitas empresas foram ocupadas pelas organizações camponesas e depois foram criados dezenas de assentamentos.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar a aplicação da política de reforma agrária no Projeto de Assentamento Catalunha, em Santa Maria da Boa Vista/PE. Buscamos identificar as vinculações da crise econômica da fruticultura irrigada com a aplicação da política de reforma agrária no referido Assentamento. Procuraremos ainda, por meio da investigação, entender a finalidade de aplicação da reforma agrária no projeto de assentamento Catalunha e os decorrentes impactos a realidade camponesa.

Como metodologia para a preparação do artigo, utilizamos alguns dos resultados obtidos no Projeto de Iniciação Científica, desenvolvido no ano de 2013 em três assentamentos da reforma agrária, sendo um deles o Catalunha. Os resultados do Projeto de pesquisa apontaram a realidade do assentamento em constante improdutividade, uma vez que estão perto do rio, mas sem irrigação em seus lotes, portanto, sem acesso à água. Em contrapartida estão perto das grandes empresas produtoras de frutas, às quais se submetem, em relações praticamente de pré-capitalismo (semifeudalidade). Tendo ainda como procedimento metodológico a análise de alguns documentos do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - referente ao processo de desapropriação e formação da comunidade assentada pela reforma agrária.

A Política da Revolução Verde no Submédio do São Francisco

A partir de 1964 os militares iniciaram a perseguição a todos os movimentos camponeses, ao mesmo tempo em que assumiam o discurso de dar solução aos problemas agrários e camponeses, sobretudo as periódicas secas que em grande proporção assolava o sertão e a região Nordeste como um todo. No entanto, os altos índices de pobreza, miséria e demais mazelas da região não poderiam ser atribuídos apenas às cíclicas secas, mas a um problema de estruturação social, a partir das relações de semiservidão impostas pelas oligarquias semifeudais centradas na grande propriedade, na hegemonia do coronelismo e do gamonalismo (MARIÁTEGUI, 2010).

A “revolução verde” se apoiou no estatuto da terra de 1964, que expunha a execução da política de reforma agrária e a política agrícola (BRASIL, 1964). A primeira se daria somente a partir da desapropriação de latifúndios que não estivessem produzindo, levando a consequente organização e distribuição para os camponeses sem terra. A segunda diz respeito a uma política de promoção e modernização da agricultura através dos projetos de colonização.

O gerenciamento militar assumiu as ideias da vanguarda desenvolvimentista de “modernizar” o setor agrícola por meio da introdução de tecnologia e incentivo para empresas do ramo agrícola. A princípio, como primeiras medidas “o governo promoveu uma política de aumento da capitalização da agricultura por meio de uma aliança entre a burguesia industrial e os proprietários rurais” (CHILCOTE, 1990, p. 331). No contexto da década de 1970 eles implantaram os projetos de colonização, aplicando-se assim a chamada “revolução verde”.

A “revolução verde” consistia em um projeto de cunho imperialista moldado pelos Estados Unidos (EUA), que já havia se desenvolvido no México. Política que nasceu, a princípio, em 1943 numa Oficina de Estudos Especiais da Secretaria de Agricultura do México, mas que depois foi apropriada pelo país vizinho a partir da Fundação Rockefeller. Nesse sentido, Serrano (1991, p. 20, tradução nossa) afirma que “a Oficina desenvolveu as ‘sementes melhoradas’ e especificou todo um banquete de insumos – irrigação, maquinaria, fertilizantes, inseticidas, etc. – necessários para alcançar os superiores rendimentos previstos”. O autor afirma ainda que “nos anos 50 e, sobretudo a partir dos anos 60 a Fundação Rockefeller empenhou a propagar esta estratégia de ‘revolução verde’, provada no México, a outros países do bloco ocidental”.

Sobre domínio de interesses imperialistas, sobretudo estadunidense, os militares brasileiros realizam uma expansão nas fronteiras agrícolas aplicando o projeto da “revolução verde”. Para tanto, promovem uma aliança entre a indústria e os setores agrícolas, com a determinante participação dos grupos monopolistas internacionais que investiam seus capitais. “A indústria aliara-se à agricultura através do fornecimento de inseticidas, maquinaria e sementes, enquanto as multinacionais investiam capital e tecnologia” (CHILCOTE, 1990, p. 333).

Essa política agrícola, impulsionada pela “revolução verde”, chega ao Vale do São Francisco na década de 1970, através da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). Os objetivos estavam divididos entre os pequenos agricultores e a iniciativa privada. A política propunha, por meio da irrigação, a organização dos pequenos agricultores através da distribuição de lotes e formação de cooperativas agrícolas; assim como também incentivou a implantação de grandes empresas agrícolas por parte da

iniciativa privada. “O governo ofereceu crédito oficial e estimulou a iniciativa privada a organizar projetos: assim estabeleceram-se na região a Agrovale (7.000 hectares), a Alfanor (4.000 hectares) e a Cica-Norte (500 hectares)” (CHILCOTE, 1990, p. 334).

A cidade de Petrolina-PE tinha nessa época suas direções políticas e econômicas nas mãos da família Coelho, que eram os detentores absolutos do poder local, com uma grande influência nas tomadas de decisões da região do São Francisco e grande prestígio político nacional, em decorrência da subserviência aos militares. Nesse cenário, implantam-se do final da década de 1960 até os dois primeiros anos da década de 1980 cinco projetos de irrigação: Bebedouro (1968), em Petrolina-PE; Mandacaru (1972), Maniçoba (1975) e Tourão (1976), em Juazeiro-BA e o Masangano (1982), atual projeto Nilo Coelho, em Petrolina-PE.

Esses cinco projetos irrigados abarcaram uma área total de 39.498 hectares, da qual, segundo os objetivos da política agrícola da “revolução verde” no Vale do São Francisco, destinariam 22.400 hectares (56,71% do total) aos empreendimentos agrícolas fixando as grandes empresas. Somente 15.370 hectares (38,91%) de toda a área irrigada seriam distribuídos em lotes para os pequenos agricultores que, segundo a política militar, iriam ter todas as condições de produção e organicidade em suas cooperativas agrícolas. No entanto, alguns anos depois da implantação dos projetos a maior parte dos colonos já não estavam mais na área.

Estudiosos como Manuel Correia de Andrade (1982)² afirmavam que a CODEVASF, principal agente dessa política, só favoreceu as grandes e médias empresas. Em contrapartida, essa parcela de camponeses beneficiados ficou sufocada em detrimento dos grandes capitais instaurados e se viam obrigados a se desfazer de seus lotes, vendendo-os para os especuladores capitalistas e transformando-se, assim, em camponeses assalariados, pré-assalariados, parceiros, meeiros e diaristas. Percebemos, assim, que os projetos de colonização implantados nessa época acabaram não solucionando os problemas da população camponesa do Vale do São Francisco.

A região ficou conhecida internacionalmente na década de 1980 pelo potencial da fruticultura irrigada e pela crescente instalação de muitas empresas do ramo agrícola que se fixavam com apoios e incentivos das linhas de crédito do Estado. “Para viabilizar a agricultura irrigada, o governo bancou o grosso dos investimentos criando e repassando a utilização das estruturas a empresários e aos colonos, além de subsidiar o crédito agrícola e, até mesmo, anistiando dívidas em certas circunstâncias” (LOPES, 1997, p. 161). A

² Segundo o autor o número de camponeses colonos era bem menor que o número de camponeses desapropriados, o que indica que a concentração territorial nas áreas irrigadas tomou grandes proporções.

economia oriunda da produção agrícola passou a ser submetida inteiramente ao mercado internacional, a partir da exportação, principalmente para os países da Europa e para os EUA.

Ainda nos anos de 1980 a irrigação encontrava-se aplicada a grandes extensões territoriais, instalando-se cada vez mais dezenas de empreendimentos agrícolas. Erigiu-se, então, um polo de produção centrado em Petrolina-PE e Juazeiro-BA, mas que passou a integrar também as cidades baianas de Curaçá, Casa Nova e Sobradinho e os municípios pernambucanos de Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista, todos às margens do São Francisco.

No entanto, na segunda metade da década de 1990 a situação econômica do país se agrava e as grandes empresas se vêm encurraladas nas suas relações de produção e comercialização. Muitas das fazendas até então consideradas como “vitrines” em expor potencialidades quebraram e não conseguiram ficar incólumes à situação de crise.

Parte das fazendas que outrora receberam todo o apoio oficial e que serviram de vitrines para expor as potencialidades da região, como as fazendas Safra, Catalunha, Varg, Ouro Verde e outras de menor significação, quebraram. [...] o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra invadiu algumas das fazendas que no passado serviram de vitrine da irrigação, mas que se encontravam em estado de abandono ou de semiabandono (LOPES, 1997, p. 163).

A partir de então, despontam várias lutas pela terra, cuja reivindicação principal era pela aplicação da política de reforma agrária, descortinando assim a grande concentração territorial existente na região³.

Muitas fazendas, ao decretar falência e ficarem em estado de abandono ou semiabandono, foram ocupadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), surgindo assim vários acampamentos, muitos deles chegando a milhares de pessoas, que reivindicavam não só a área ocupada, mas diversas áreas improdutivas de outras antigas fazendas agrícolas. Amparados pelos dispositivos da lei 8.629/93⁴ milhares de camponeses sem terra foram assentados e dezenas de assentamentos se formaram na região.

³ A concentração territorial é referente à posse da terra, em grande proporção, pelos latifundiários, suprimindo uma grande massa de camponeses do direito a posse da terra e ao mesmo tempo submetendo grande contingente populacional a situações de miséria.

⁴ A lei 8.629 de 1993 foi regulamentada pela pressão dos movimentos camponeses e a partir dos dispositivos constitucionais regidos pela constituição de 1988, que até então se mostravam totalmente ineficazes para a reforma agrária, uma vez que tinham sido construídos no jogo de interesses dos latifundiários. Sua aprovação proporcionou o aumento das famílias assentadas até os dois primeiros anos do presente século.

A reforma agrária no projeto de assentamento Catalunha

A fazenda Catalunha era situada no município de Santa Maria da Boa Vista-PE, às margens do rio São Francisco, sendo um dos reflexos da “revolução verde”. Durante os anos de 1980 até os primeiros anos da década de 1990 representava um dos maiores empreendimentos agrícolas da região. Instalada ainda nos primeiros anos da década de 1980, denominava-se de Agropecuária Fazenda Catalunha S/A, cujo proprietário era registrado como pessoa jurídica de direito privado⁵.

O Vale do São Francisco, entre os fins da década de 1980 até o início de 1990, era composto de muitos empreendimentos agrícolas, formados através dos projetos de agricultura irrigada. Na área que compreendia a fazenda Catalunha no município de Santa Maria da Boa Vista estavam implantadas outras fazendas de grande expressão na agricultura irrigada como a Fazenda Milano, a Fazenda Mariela, a Fazenda Pérsico S/A, a Fazenda Malhada Real dentre outras (BRASIL, 1998c; 1998d).

Nesse sentido, podemos observar que a grande propriedade estava implantada em amplas proporções, com uma estrutura latifundiária irrigada, às margens do São Francisco. Logo começaram a aparecer, por parte das elites dominantes na região, os discursos do “agronegócio” e de um grande “desenvolvimento econômico”. Mas, no fundo, o que estas elites pretendiam era a implantação de um capitalismo burocrático no campo, com a penetração do capital internacional e a exploração do solo fértil e da força de trabalho da região para produção de mercadorias para abastecer os mercados consumidores das principais potências internacionais. Em contrapartida, a grande massa camponesa continuava às margens do “agronegócio” e de todo esse discurso propagado de desenvolvimento.

A fazenda Catalunha era conhecida pela produção expressiva, com alto número de funcionários assalariados, pela estrutura tecnológica empreendida e pelo tamanho territorial que abarcava no município de Santa Maria da Boa Vista. Trabalhava com as culturas de manga, uva, feijão e milho, mas grande parte da área era composta pela cultura do tomate para exportação. Empregava cerca de 800 funcionários assalariados permanentemente, número que crescia quando chegavam os períodos de colheitas, chegando até 1.500 trabalhadores, sendo adotado o sistema pré-capitalista (semifeudal) de diárias, preletas e trabalho por produção.

⁵ Informações levantadas por meio de entrevistas com um ex-funcionário e alguns camponeses assentados apontam que a fazenda era de propriedade do “eminente” político baiano Antônio Carlos Magalhães, conhecido como ACM. Além dessa a família Magalhães teria uma imensidão de propriedades rurais espalhadas no Estado da Bahia interligadas por um grupo de fazendas que se denominava OAS.

A propriedade possuía um sistema de irrigação industrial com tubulação central e mais de 20 pivôs que irrigavam as áreas cultivadas. O empreendimento compreendia um total de 6.825,50 ha, dos quais 2.468,00 ha correspondiam à área irrigada. O regime de trabalho adotado contava com a presença constante dos funcionários na propriedade, uma vez que ofereciam moradias para os trabalhadores assalariados e alojamentos para os trabalhadores temporários na época da colheita⁶.

As relações de trabalho e produção na fazenda Catalunha apontam para grande parte dos trabalhadores assalariados fixados dentro da propriedade com garantia de moradia, mas em contrapartida exigiam-lhe prestação de serviço em horas-extras diariamente, aos finais de semana e feriados como condição de sua permanência. Nesse sentido, o regime passa a ser de coerção extra econômica, ou seja, resquícios da semifeudalidade, demonstrando então “[...] que o campesinato segue atado a terra por múltiplos procedimentos extra econômicos para que o grande proprietário não tenha problemas quanto à disposição absoluta de mão de obra abundante, superexplorada e a baixo custo” (MARTÍN MARTÍN, 2007, p. 15, tradução nossa).

A partir de meados dos anos de 1990 a fazenda Catalunha é atingida pela crise econômica, o que faz com que ela suspenda seus contratos de comercialização, na sua única finalidade que era a exportação de tomate, manga, uva e outras culturas. Recorre ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), hipotecando grande parte da propriedade⁷. Mesmo assim, chega o momento em que se encontra encurralada nas suas relações de produção, uma vez que “[...] o Estado mudou sua política e reduziu significativamente sua presença subsidiadora na agricultura” (LOPES, 1997, p. 162). Nesse momento de crise, o governo cortou as principais linhas de crédito que propiciava às grandes empresas custear a produção e exportação, decaindo gradativamente sua produção, chegando ao estado de falência.

Em meados de 1996 a fazenda Catalunha foi ocupada por centenas de famílias aparelhadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se organizaram em acampamentos, requerendo aplicação da reforma agrária naquela área. No momento da ocupação a empresa ainda mantinha uma mínima plantação irrigada de manga e uva em 150 ha. O INCRA, ao realizar o levantamento da área através da parceria com a CODEVASF, EMBRAPA e agentes da FAO, apresentou um Laudo em que pontuava: “Essa Unidade Avançada tomando por referência a produção atual da Fazenda Catalunha, [...] e

⁶ Informações consultadas no **Projeto Memorando nº 22/98** - INCRA, 1998.

⁷ Constam em dados do Ministério Público Federal, que no momento da desapropriação para fins de reforma agrária o BNB apresentou-se como credor e estava recorrendo em acordo no valor de 5 milhões de reais e mais um certo valor em Títulos da Dívida Agrária (TDA's) gerados no valor da terra nua da propriedade.

os laudos da EMBRAPA e da FAO, bem como o pronunciamento dessas duas instituições na reunião do dia 07 de março, **entende ser viável econômica e tecnicamente a criação de um projeto de assentamento**” (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 1998, p. 01, grifo do autor).

Mesmo com uma área de produção de mais de 100 hectares, isto não significava quase nada para o “eminente” latifundiário, já que o correto, em condições normais, era uma produção de mais de 2 mil hectares. Toda essa larga produção tinha que ser destinada a exportação, já que os mercados regionais e nacionais jamais abarcariam tantos produtos. A crise econômica impossibilitava as negociações de exportação, já com muitas dívidas e sem apoio das linhas de crédito do estado.

Assim, o cenário econômico da Fazenda Catalunha no momento da ocupação campesina era de inteiro declínio. Para o latifundiário, assegurar a propriedade naquele momento representava um acúmulo de dívidas e futura inatividade. Por isso, uma milionária desapropriação para fins de reforma agrária poderia ser o caminho mais viável, já que lhe proporcionaria em dinheiro vivo e em Títulos da Dívida Agrária (TDA's - depois resgatáveis) total rentabilidade capitalista, tal como ocorrera.

Em junho de 1998 saiu no Diário Oficial da União a publicação do decreto nº 118 de 24 de junho do mesmo ano, o qual declarava em seu artigo primeiro o interesse social para fins de reforma agrária do referido imóvel, assim como em seu artigo terceiro autorizava o INCRA a realizar tal desapropriação, aplicando a “reforma agrária” (BRASIL, 1998a).

O INCRA entrou com uma Ação de desapropriação na 7ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, registrada sob o nº 98.0019221-2, movida contra a Fazenda Catalunha (BRASIL, 1998b). O despacho do processo foi favorável à criação do Projeto de Assentamento Catalunha, ao mesmo tempo em que determinava ao INCRA o depósito imediato do preço ofertado para a expropriada Fazenda Catalunha em Títulos da Dívida Agrária pelo pagamento da terra nua (mais de 7,5 milhões de reais) e em moeda corrente nacional pelo pagamento das benfeitorias (mais de 9,5 milhões de reais) (BRASIL, 1998b). De imediato já observamos que o maior valor não foi pago pela terra nua (principal elemento de um processo de reforma agrária) e sim pelas altas benfeitorias empreendidas na propriedade pelo latifundiário - muitos benefícios de estrutura física tinham sido proporcionados pelas linhas de crédito estatal -, fazendo assim com que a desapropriação lhe trouxesse uma alta capitalização.

O valor total da desapropriação correspondia a R\$ 16.206.809,23 (dezesesseis milhões duzentos e seis mil oitocentos e nove reais e vinte e três centavos), uma negociação com preço surpreendente e inédito, jamais visto na região em outras desapropriações para fins

de reforma agrária. Após alguns dias do despacho foi dado pela referida Seção Judiciária o *Mandado de Emissão de Posse e Auto de Emissão de Posse* em favor do INCRA⁸ (BRASIL, 1998c, 1998d).

Após ter a posse da propriedade o INCRA iniciou o processo de criação do Assentamento Catalunha. O projeto de criação do assentamento colocava em seu *Plano Preliminar* a capacidade de 800 unidades de produção, mas posteriormente no processo de divisão da área os agentes do INCRA admitiram apenas a capacidade de assentar 600 famílias (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 1998). Cada Família recebeu um lote de aproximadamente 11 ha, sendo em torno de 3,0 ha na área irrigada. Tanto pelo tamanho territorial, quanto pela quantidade de famílias, o assentamento passou a constituir-se o maior de todo território nacional.

O *Projeto* do INCRA (1998) indicava que seria mantido o sistema de irrigação industrial da fazenda para uso da comunidade assentada; indicava ainda a criação de uma COOPERATIVA CENTRAL, que seria a via de intervenção na assistência técnica e na capacitação dos agricultores para comercialização e utilização dos equipamentos e do sistema de irrigação, uma vez que o assentamento não receberia um novo projeto de irrigação, além de ser a via de todas as relações futuras com as demais instituições. Observamos que a COOPERATIVA foi criada⁹, mas ficou apenas no papel, isso porque depois da sua criação nenhuma ação foi empreendida na comunidade.

O referido *Projeto* assegurava que seriam preservados os 100 ha de manga e os 50 ha de uva deixados pela propriedade. Seria o ponto de partida para a execução de um *Plano de ação* para os dois primeiros anos (1999 e 2000) com a devida capacitação e assistência técnica. No primeiro ano indicava a expansão de 600 ha da área irrigada para o plantio de culturas de ciclo curto como melão, melancia, cebola e tomate. Já no segundo ano indicava a restauração de toda a área irrigada com a plantação de culturas perenes como coqueiro, banana, goiaba, uva e manga (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 1998).

Em entrevista com os assentados, eles colocaram-nos que a comunidade não recebeu esse pacote de ações acima indicadas, não tiveram acompanhamento de assistência técnica e não receberam incentivos a prosperar. Ainda tentaram, segundo alguns assentados, iniciar uma produção na área, mas não tiveram sucesso, pois o sistema adutor era industrial e de alto custo e exigia capacitação técnica para o devido manejo. Endividados, tiveram logo o

⁸ O documento concedia à Superintendência Regional do INCRA, na pessoa de seu representante legal, a posse total do imóvel rural denominado de Fazenda Catalunha.

⁹ Nos anexos do projeto do INCRA que estamos analisando encontram-se os documentos referentes às atas e estatutos da cooperativa agrícola, bem como a composição da primeira gestão eleita entre os assentados.

fornecimento de energia suspenso e a total inatividade de todos os lotes, pois sem irrigação não tiveram como produzir, segundo relato dos assentados. Sendo assim, até as áreas plantadas de manga e uva que receberam da fazenda foram se decompondo no sol ardente do sertão semiárido.

Identificamos junto aos camponeses assentados que a comunidade, alguns anos depois, recebeu uma ação de reforma das casas e organização das duas agrovilas que compõem a área de residência. Em contrapartida, não houve direcionamento de investimentos e ações para irrigação e ativação da produção do assentamento. A aplicação da política de reforma agrária não solucionou o problema agrário e camponês, pois ao entregar a terra aos trabalhadores sem-terra não deu as necessárias condições de desenvolvimento da pequena produção, tendo em vista que o projeto de assentamento foi estrategicamente aplicado com o principal objetivo de capitalizar o latifúndio arruinado.

O modelo de reforma agrária do Brasil é estruturado, desde suas raízes lá no estatuto da terra em 1964, a partir de um tipo de lei cuja característica principal é a compra e venda da terra: o Estado compra a terra dos latifundiários no discurso de fazer a reforma agrária, entregando-a aos camponeses. Por outro lado, os grandes proprietários não deixam seu *status* de latifundiários, pois capitalizados pela reforma agrária compram novas terras e realizam novos e maiores empreendimentos, seja no agronegócio, na fruticultura irrigada, no cultivo de grãos, na agropecuária, ou mesmo somente na especulação e improdutividade.

As grandes burguesias do Terceiro Mundo (burocráticas, fundamentalmente compradoras e grandes proprietárias da terra) em conivência com as dos países imperialistas, a partir dos anos sessenta, vão desenvolver o capitalismo burocrático no campo através de múltiplas e diversas leis de reforma agrária, cuja característica principal é que foram leis de compra e venda de terras que não destruíram a semifeudalidade, [...]. (MARTÍN MARTÍN, 2007, p. 10, tradução nossa).

Por outro lado, os camponeses assentados em suas comunidades e agrovilas oriundas da reforma agrária, sem ter outra saída, se dispõem a fornecer mão-de-obra para os grandes latifundiários, o que demarca, como no exemplo atual do assentamento Catalunha, a não solução do problema da terra em nosso país. São aspectos que demonstram, portanto, que os objetivos da aplicação da reforma agrária, no caso em estudo, foram de apenas capitalizar o latifundiário com a indenização da propriedade falida e ao mesmo tempo acalantar e acalmar a amplitude do antagonismo agrário e a luta de classes no campo.

Considerações Finais

Pudemos nesta pequena investigação histórica conhecer alguns aspectos e facetas da aplicação da política de reforma agrária em nosso Estado brasileiro, de maneira geral e no Vale do Rio São Francisco, de maneira particular. Necessário se faz ressaltar que a complexidade dessa discussão perpassa as linhas desse trabalho, tendo em vista que a questão agrária em nosso país exige-nos muito empenho para a correta compreensão de seus aspectos principais e fundamentais. As contradições e antagonismos no campo são de grandes dimensões, uma vez que a configuração da nossa estrutura territorial persiste latifundiária e o problema da distribuição da terra segue sendo uma questão pendente.

Procuramos deixar claro nesse estudo, a partir da análise de questões históricas, que a política de irrigação adentra a região do Vale do São Francisco através do gerenciamento da ditadura militar, pela subserviência das classes dominantes da região ao regime. A dita “revolução verde” da agricultura brasileira não foi nada mais que uma completa penetração do grande capital financeiro internacional (imperialista), sobretudo estadunidense, numa grande leva de capitais à nossa região. O Estado agenciou e gerenciou os destinos desses capitais, utilizando de seu poder de intermediador para inserir os mecanismos de desapropriação e desalojamento de muitos camponeses de suas terras já a partir dos finais de 1960 e daí em diante fixando os grandes projetos de irrigação.

Com a concretização dessa política do Estado em consonância às políticas imperialistas, a região do São Francisco passa a ser potencializada pela fruticultura irrigada, sendo conhecida a partir da década de 1980 no cenário de exportação internacional. Porém a classe camponesa passou a ser cada vez mais sufocada por esse tipo de latifúndio irrigado do agronegócio, devido à conversão de uma massa de nativos à condição de trabalhadores nas lavouras de frutas irrigadas em diversas relações como a meia, a terça, a parceria, a diária, empreitada, etc. Se por um lado a região se transformara na Califórnia do Brasil, por outro se intensificava cada vez mais as relações de semifeudalidade¹⁰.

A década de 1980 e início de 1990 foram de completa transformação no cenário da região, pois ao mesmo tempo em que a irrigação e a chegada de novos projetos faziam do Vale do São Francisco um “celeiro” de produção e exportação de frutas, também cresciam as lutas no campo, a nível nacional, em busca da tão sonhada reforma agrária, bem como se intensifica a crise financeira no mercado internacional. Sem financiamento e sem poder exportar suas toneladas de frutas, muitas empresas gigantes vieram a ruir em situação de semiabandono. A fazenda Catalunha, assim como dezenas de outros latifúndios irrigados, em estado de falência e quase inatividade é ocupada por milhares de camponeses sem terra.

¹⁰ As relações pré-capitalistas como as citadas acima indicam a não concretização do assalariamento e por isso condiz a relações semifeudais, mais características à renda feudal do que à renda capitalista.

Depois de quase dois anos de permanente ocupação e em um curto período de tempo a desapropriação acontece, de maneira milionária. A terra passa para o Estado e logo depois o INCRA (órgão estatal) repassa a terra e a velha estrutura em ruína para 600 famílias camponesas que se fixam sobre nela. A estrutura de irrigação agroindustrial, já em ruínas, é repassada para essas famílias para que usem coletivamente. Depois de alguns anos as dívidas com o fornecimento de energia e com a manutenção do velho sistema de irrigação impede os assentados de ter qualquer produção sobre as terras que receberam. Qual foi o destino dessas famílias? A maioria acabou servindo às grandes fazendas que se ergueram depois ou às que conseguiram ficar incólume em meio à crise, utilizando os moradores desses assentamentos como exército de mão-de-obra. Portanto, podemos concluir que a aplicação da política de reforma agrária acabou não resolvendo o problema da terra para esses camponeses do assentamento Catalunha.

LA POLÍTICA DE CAPITALIZACIÓN LATIFUNDISTA DE LA REFORMA AGRARIA EN EL VALE DEL RIO SAO FRANCISCO: UN ESTUDIO NO PROYECTO DE ASENTAMIENTO CATALUÑA-PE (1980 – 1998)

RESUMEN: Este estudio tiene por objetivo analizar la aplicación de la política de reforma agraria no proyecto de asentamiento Cataluña, en el municipio de Santa María de la Boa Vista/PE, sertão del vale del rio Sao Francisco. La investigación concentra-se en la cuestión de la tierra a partir de los aspectos históricos y sociales de la fruticultura de irrigación, bien como de la crisis vivenciada por esta actividad económica na década de 1990, contexto que se insería la política de la reforma agraria. Adoptando el método histórico de investigación, por medio do materialismo dialéctico, investigamos quías las motivaciones económicas que levaran la implantación do proyecto de asentamiento Cataluña e como esta política reformista do viejo Estado brasileño impacto económica e socialmente la realidad campesina de la región. Tenido en vista, en el caso en estudio, que la política de reforma agraria implantada no fui para dar solución al problema campesino, pasando sino de un mero mecanismo al servicio de los latifundistas, el cual se utilizó de la ley de reforma agraria para capitalización de la hacienda fallida por medio de una millonaria desapropiación.

Palabras-chave: Agricultura regadío. Reforma agraria. Desapropiación millonaria. Problema campesino.

Referências

AMORIM, Franciel Coelho Luz de. Desenvolvimento capitalista na América Latina: relações de produção em assentamentos no Vale do São Francisco. In: V Encontro de História: a invenção do Brasil – cultura, escravidão e mestiçagens/II Colóquio Nacional Do GEAC/I Colóquio Pibid História, 5, 2013, Maceió. Anais eletrônicos... Maceió, UFAL, 2013. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/vencontrodehistoria/www.ufal-geac.com.br>>. Acesso em: 03 nov. 2013.

ANDRADE, Manuel Correia de. Tradição e mudança: a organização do espaço na área rural e urbana e na área de irrigação do Sub-Médio São Francisco. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BRASIL. Decreto nº 118, de 24 de junho de 1998. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de jun. 1998a.

_____. Justiça Federal de Pernambuco – 7º Vara. Vistos, etc. Processo nº 98.0019221-2. Classe: 05012 – desapropriação. EXPTE.: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. EXPDO.: Agropecuária Fazenda Catalunha S/A. Relator: juíza Edwiges C. C. Rocha Wanderley. Recife, 19 novembro de 1998b.

_____. Justiça Federal de Pernambuco – 7º Vara. Mandado de imissão de Posse Nº 024/98-SC. Processo nº 98.0019221-2. Classe: 05012 – desapropriação. EXPTE.: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. EXPDO.: Agropecuária Fazenda Catalunha S/A. Relator: juíza Edwiges C. C. Rocha Wanderley. Recife, 24 de novembro de 1998c.

_____. Presidência da República. Estatuto da terra. Brasília, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm>. Acesso em: 10 de Jul. 2013.

CHILCOTE, Ronald. H. Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste. São Paulo: Edusp, 1990.

COUTINHO, Eduardo. Cabra marcado para morrer. Documentário, 119 min, Brasil, 2012.

FRANCA, Celso. A imagem do Vale: reestruturação agrícola e mudança social. Petrolina: Franciscana, 2008.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. Opara: Formação histórica e social do submédio São Francisco. Petrolina: Franciscana, 1997.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Paz e terra, 1977. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Juazeiro/Bahia - Histórico. Juazeiro/BA, Brasil. 2007. Disponível em: <<http://www.juazeiro.ba.gov.br>>. Acesso em: 10 de abr. de 2013.

_____. Censo Agropecuário 1985/2006. Ano 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Memorando SR-03/Z – 1 de nº 22/98. Recife, 14 de dez de 1998. Interessado: Seção de Elaboração de projetos da Divisão de Assentamento. Assunto: Criação do Projeto de Assentamento Catalunha.

_____. Unidade Avançada do Médio São Francisco. [Relatório que trata da]: 1. Viabilidade econômica; 2. Assistência Técnica. 3. Organização social. Petrolina, 14 de dez. 1998.

LÊNIN, V.I. O imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2000.

LOPES, Esmeraldo. Opara: formação histórica e social do submédio São Francisco. Petrolina: Franciscana, 1997.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Sete ensaios de interpretação da realidade peruana. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARTÍN MARTÍN, Victor O. Actualidad de la cuestión agraria en el mundo: viejo problema, ¿nuevos enfoques? In: IV Conferencia Internacional de Geografía Crítica. México D. F.: Universidad Autónoma Metropolitana- Xochimilco - Grupo Internacional de Geografía Crítica, 2005.

_____. El papel del campesinado en la transformación del mundo actual. Málaga: Zambra, 2007.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva do capital. In: _____. O capital – Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 339 – 381.

PEREIRA, Flávio. Relações semifeudais (pré-capitalistas) de produção na fruticultura irrigada do Submédio do São Francisco: Agronegócio ou Capitalismo Burocrático no campo? 2013. 70 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade de Pernambuco, Petrolina, PE, 2013.

SOUSA, Marilsa Miranda de. Imperialismo e Educação do campo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

_____. Estado, movimentos sociais e educação do campo: uma sintonia com o imperialismo. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, dez. 2012a, v. 4, n. 2, p. 110-120.

_____. Capitalismo burocrático e educação do campo na Amazônia ocidental: semicolonialismo e semifeudalidade. Revista EDUCAmazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá, Ano 5, vol. IX, Número 2, jul.-dez. 2012b, p. 161-176.

SERRANO, Isidro. Revolución agraria y semifeudalidad. México: Centro de Investigación Popular – Editorial La Chispa. 1991. Disponível em: <<http://mprmexico.blogspot.com/2000/09/revolucion-agraria-y-semifeudalidad.html>>. Acesso em 08 de jul. de 2012.

SOBRE OS AUTORES

Franciel Coelho Luz de Amorim é graduando em História pela Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina; bolsista de Iniciação à Docência PIBID/CAPES.

Moisés Diniz de Almeida é mestre em História pela Universidade de Pernambuco; professor titular do Colegiado de História da Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina.

Recebido em 16/01/2015

Aceito em 28/05/2015